

# Nova temporada de emendas

## Congresso altera Orçamento para agradar eleitor

*Madalena Rodrigues*

**B**RASÍLIA — Começou ontem no Congresso a temporada de emendas ao Orçamento do governo para 1992. Durante 10 dias, a Comissão Mista de Orçamento estará recebendo cerca de 20 mil emendas, um prazo menor que os 30 dias concedidos no ano passado. Em compensação, deputados e senadores terão mais tempo para analisar o Orçamento, que terá de ser aprovado até 13 de dezembro. Ao modificar o Orçamento, os parlamentares podem melhorar ou piorar a destinação dos recursos públicos. Muitos deles enviam a prefeitos, padres, associações de moradores e outras entidades de seus municípios cópias de suas emendas, mesmo as sem chance de aprovação. O objetivo é estar bem com o eleitor.

No ano passado a Comissão de Orçamento tinha 84 integrantes, a maior parte reeleita. Entre os campeões de emendas reeleitos estão os deputados Max Rosemann (PFL-PR) e Israel Pinheiro Filho (PRS-MG). Este ano, a Comissão conta com 120 participantes e começou a receber há pelo menos duas semanas lobbistas de empresas privadas e dos estados e de entidades da sociedade, todos interessados em saber quais são os itens do Orçamento que funcionarão como prováveis fontes de recursos. Assim são reforçados os cofres estaduais e municipais. E também são garantidas verbas que vão parar no caixa de empreiteiras comprometidas com obras públicas, em articulação com prefeitos e parlamentares.

Este ano, o Congresso vai emendar e aprovar um Orçamento que totaliza Cr\$ 48,9 trilhões. Só uma pequena parte desse total, uma cifra talvez menor que 3%, será objeto das emendas: a margem de interferência

do Congresso ficou menor que em anos anteriores, porque as receitas previstas pelo governo são pequenas em relação aos gastos e, por isso, as despesas já estão muito comprimidas na programação oficial.

Na proposta orçamentária enviada ao Congresso, o governo prevê que Cr\$ 2,7 trilhões virão de "esforço adicional" da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional para aumentar a arrecadação de impostos. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que foi procurador da Fazenda, secretário da Receita e ministro, é cético quanto a esse esforço, prevendo, desde já, que são reduzidas as chances de que esse dinheiro chegue ao Tesouro Nacional. "Divida ativa é dinheiro podre", diz. Sem esse resultado adicional, estados e municípios terão Cr\$ 18,2 bilhões a menos e o próprio Congresso sofreria redução de Cr\$ 19 bilhões na verba de 92.

O deputado adverte que o Tesouro sofrerá perda de Cr\$ 1,3 trilhão até o final do ano, devido ao fim da correção das parcelas do Imposto de Renda e do IPI pelo BTN. Como o governo não conseguiu adotar outro índice — a Justiça impediu o uso da TR para a correção de impostos —, a arrecadação desses tributos se deteriora a cada mês. A queda se reflete, diz Dornelles, no caixa de estados e municípios.

O deputado César Maia (PMDB-RJ) também encontrou "números extravagantes" no Orçamento. O primeiro é a prometida arrecadação adicional, da qual duvida, mostrando que o governo pretende obter dois terços do Imposto de Renda além do atual. Maia alerta para o salto que o Orçamento de 92 dará em gastos com amortizações e juros da dívida pública. "Será o equivalente a US\$ 92,3 bilhões, ou seja, praticamente que se gastava em 1989. Mesmo depois de aprovado, não há garantia de que o Orçamento vá ser cumprido à risca pelo governo.